

MIROSLAV  **VOLF**

UMA FÉ



PÚBLICA

COMO O CRISTÃO

PODE CONTRIBUIR



PARA O

BEM COMUM

MIROSLAV VOLF

UMA FÊ PÚBLICA

COMO O CRISTÃO PODE
CONTRIBUIR PARA O BEM COMUM

Traduzido por ALMIRO PISETTA



mundo**cristão**
São Paulo

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Introdução</i>	9
PARTE I — OPOSIÇÃO ATIVA ÀS FALHAS DA FÉ	
1. Falhas da fé	21
2. Ociosidade	41
3. Coercitividade	57
4. Prosperidade humana	77
PARTE II — FÉ ENGAJADA	
5. Identidade e diferença	101
6. Compartilhamento da sabedoria	123
7. Engajamento público	145
<i>Conclusão</i>	165
<i>Notas</i>	173
<i>Índice remissivo</i>	197

Introdução

Travam-se hoje em dia candentes debates acerca do papel das religiões na esfera pública, e não é difícil entender a razão disso. Primeiro, as religiões — o budismo, o judaísmo, o cristianismo, o islamismo etc. — vêm crescendo numericamente, e seus adeptos no mundo inteiro estão cada vez menos dispostos a limitar suas convicções e práticas à esfera privada da família ou da comunidade religiosa. Em vez disso, querem que essas convicções e práticas moldem a vida pública. Eles podem envolver-se com políticas eleitorais, buscando influenciar processos legislativos (como a Direita Religiosa tem feito nos Estados Unidos desde os mandatos de Reagan), ou podem concentrar seus esforços na transformação do tecido moral da sociedade por meio de reavivamentos religiosos (como a Direita Religiosa pareceu estar fazendo durante os mandatos de Obama). De um modo ou de outro, muitos cidadãos religiosos objetivam moldar a vida pública de acordo com sua visão pessoal do que é uma vida boa.

Segundo, no mundo globalizado de hoje, não é possível isolar as religiões em áreas geográficas definidas. À medida que o mundo diminui de tamanho e a interdependência dos povos aumenta, apaixonados defensores de diferentes religiões

passam a ocupar o mesmo espaço. Mas como convivem essas pessoas, especialmente quando todas elas querem moldar a esfera pública de acordo com os ditames de suas tradições e textos sagrados?

Quando se trata do papel público das religiões, o principal temor é o da imposição, isto é, uma fé impondo aspectos de seu próprio estilo de vida a outras fés. Pessoas religiosas temem a imposição: os muçulmanos temem os cristãos, os cristãos temem os muçulmanos, os judeus temem ambos, os muçulmanos temem os judeus, os hindus temem os muçulmanos, os cristãos temem os hindus, e assim por diante. Os secularistas, aqueles que não adotam nenhuma fé religiosa tradicional, também temem a imposição — a imposição de qualquer fé —, uma vez que tendem a considerá-las todas irracionais e perigosas.

O medo da imposição de visões religiosas muitas vezes evoca a necessidade urgente da supressão de vozes religiosas da esfera pública. Quem adota essa visão argumenta que a política, uma das maiores esferas públicas, deve “permanecer sem a iluminação da luz da revelação” e orientar-se tão somente pela razão humana, como disse recentemente Mark Lilla.¹ Esse é o conceito de um estado laico, forjado no Ocidente durante os últimos séculos.

Totalitarismo religioso

Diferindo dos que pensam que a religião deve ficar fora da política, eu argumentarei neste livro que os cidadãos religiosos devem ter a liberdade de apresentar na esfera pública suas visões do que é uma vida boa, tanto na política como em outros aspectos da vida pública. Além disso, acredito que seria uma medida opressora proibi-los de agir desse modo. Mas, assim que alguém começa a apresentar um argumento desse gênero, algumas pessoas evocam a ameaça do totalitarismo religioso.²

Para muitos secularistas de hoje, o islamismo militante, representado por alguém como Sayyid Qutb, mostra como

as religiões, se gozassem de total liberdade, se comportariam na esfera pública. Isso representa uma concepção extremamente errônea das religiões, mas é o fantasma que assombra discussões do papel público da religião. Para expor esse fantasma à plena luz do dia, passo agora a fazer um breve esboço da posição de Qutb tal qual se articula em sua obra *Milestones* [Marcos miliários], um opúsculo revolucionário que ele escreveu na prisão (1954-1964) e que lhe rendeu uma sentença de morte em 1966. Qutb foi descrito como “o padrinho do islamismo radical”. O que Marx foi para o comunismo, dizem, Qutb foi para o islamismo radical. Isso é um exagero. É verdade, porém, que ele foi “uma das principais influências na visão mundial dos movimentos radicais em todo o mundo muçulmano”.³ A meu ver, ele é o mais convincente e hoje o mais influente representante do que eu descreveria como totalitarismo religioso — do ponto de vista intelectual, mais rigoroso do que representantes cristãos contemporâneos do totalitarismo religioso, tais como os denominados “teólogos da dominação”.⁴ A posição que eu mesmo defenderei neste livro será uma alternativa tanto para a total exclusão de todas as religiões da esfera pública como para a total saturação da vida pública com uma única religião como proposto por Qutb.

Eu sou cristão, e Qutb é muçulmano. Mas o quadro que estou traçando *não* contrasta posições cristãs com posições islâmicas. Para a grande maioria dos muçulmanos, a posição de Qutb é completamente inaceitável, não sendo fiel nem às fontes de autoridade do islamismo nem à experiência secular dos muçulmanos com uma variedade de organizações políticas em muitas partes do mundo. O contraste diz mais respeito ao pluralismo político religioso e ao totalitarismo religioso. A posição que designo aqui como “pluralismo político religioso” emergiu no seio do cristianismo, mas não é *a* posição cristã. Nem todos os cristãos a adotam, e alguns nos últimos séculos levantaram fortes objeções a ela. Inversamente, entre gente de

fé, os cristãos não são os únicos a adotar o pluralismo político religioso. Muitos judeus, budistas, muçulmanos, entre outros, também o adotam.⁵

Aqui está o esqueleto da argumentação de Qutb:

1. Uma vez que não existe “nenhum deus exceto Deus” — *a* convicção muçulmana básica —, Deus tem soberania absoluta sobre a terra. Para os cristãos e judeus tradicionais, tanto quanto para os muçulmanos, essa é uma reivindicação indiscutível. Mas muitos seguidores de religiões abraâmicas consideram profundamente problemáticas as implicações derivadas por Qutb dessa reivindicação.
2. Que somente Deus é Deus significa para Qutb que toda autoridade dos seres humanos — sejam eles sacerdotes, políticos ou gente comum — sobre outros é ilícita. *Toda* autoridade humana (exceto a do profeta Maomé como porta-voz de Deus) é um ídolo, e compromete a unicidade e soberania de Deus.
3. A orientação sobre como levar uma vida pessoal e como organizar a vida social vem somente de Deus (conforme foi revelada por meio do profeta Maomé). Exatamente como o Deus único “não perdoa nenhuma associação [de outra divindade] com a sua pessoa”, assim Deus “não aceita nenhuma associação com seu revelado estilo de vida”.⁶ Obedecer às ordens de alguma outra fonte que não seja Deus é idolatria, assim como é idolatria adorar outra divindade.
4. O islamismo não é um conjunto de crenças, mas um estilo de vida em total submissão aos preceitos do Deus único. A comunidade muçulmana é “o nome de um grupo de pessoas cujas maneiras, ideias e conceitos, preceitos e regras, valores e critérios são todos derivados da fonte islâmica”.⁷

Qutb resume a constituição interna da comunidade muçulmana da seguinte maneira: “Nenhum deus exceto Deus” significa “nenhuma soberania a não ser a de Deus, nenhuma lei a não ser a que provém de Deus, e nenhuma autoridade de um ser humano sobre outro, uma vez que a autoridade, em todos os seus aspectos, pertence a Deus”.⁸ Uma comunidade que adota esses princípios como estilo de vida é uma comunidade muçulmana. Ela é exclusiva, e seus preceitos regulam todos os aspectos da vida de seus membros. Essa é a sua constituição interna. Que dizer das suas relações externas?

1. Os muçulmanos são chamados a uma completa separação de comunidades que ostensivamente ignoram a orientação de Deus.
2. Uma vez que Deus é único e é o Criador, a lei de Deus que regula a vida pessoal e social dos seres humanos, segundo a formulação do profeta Maomé, não é menos universal que as assim chamadas leis da natureza; ambas se aplicam sempre e em toda parte.
3. “O dever principal do islamismo neste mundo é desstituir a *Jabiliyyah* [ignorância da orientação divina] do comando do homem, e tomar esse comando nas próprias mãos e fazer vigorar o estilo particular de vida que é sua característica permanente.”⁹
4. Os muçulmanos são chamados a abraçar a crença de que não existe “nenhum deus exceto Deus”, crença essa que deve ser abraçada livremente, pois não há compulsão na religião.

A imposição do preceito do Deus único, segundo a interpretação do profeta Maomé, ao mundo inteiro: essa é a missão do islamismo político segundo a interpretação de Qutb. Só pode haver liberdade religiosa em sua concepção correta na ordem política que incorpora o estilo de vida muçulmano. O islamismo político é religioso em sua base e, diferentemente

da corrente principal do islamismo, é agressivamente totalitário em sua natureza.¹⁰ “Existe um único lugar no mundo que pode ser chamado a casa do islamismo (Dar-ul-Islam)”, escreve ele resumindo sua posição,

e é aquele lugar onde o estado islâmico se estabelece e a charia é a autoridade e os limites de Deus são observados e onde todos os muçulmanos administram as atividades do estado consultando-se mutuamente. O resto do mundo é a casa da hostilidade (Dar-ul-Harb).¹¹

Mais uma vez, um lembrete: essa não é a posição islâmica. A grande maioria dos muçulmanos, incluindo os intelectuais religiosos e seculares mais influentes, discorda dela. Essa é uma *versão extremista* da posição islâmica, e o autor dela não é um intelectual islâmico com formação acadêmica. A meu ver, aqui, ela funciona como um exemplo do tipo de totalitarismo religioso que adeptos de várias fés, incluindo o cristianismo, defenderam no passado e continuam a defender hoje.¹²

Rumo a uma alternativa

Apresento neste pequeno volume um esboço de uma alternativa à saturação totalitária da vida pública com uma única religião bem como à exclusão secular de todas as religiões da vida pública. Escrevo como cristão para seguidores de Cristo. Não escrevo como uma pessoa genericamente religiosa para adeptos de todas as religiões, um projeto que fracassaria desde o princípio. Para ficar com o exemplo de Qutb, elaborar alternativas distintamente islâmicas para Qutb é tarefa para estudiosos islâmicos. Minha tarefa é apresentar uma visão do papel dos seguidores de Jesus Cristo na vida pública, um papel que evita os perigos tanto da “exclusão” como da “saturação”.

Um dos textos mais amplamente discutidos sobre a relação entre a religião e a cultura, incluindo a política, é a obra de

H. Richard Niebuhr, *Cristo e cultura*.¹³ Escrevendo em meados da década de 1950, ele analisou cinco pontos de vista cristãos em relação à cultura: Cristo contra a cultura; o Cristo da cultura; Cristo acima da cultura; Cristo e cultura em paradoxo; e Cristo transformando a cultura. Se usássemos as categorias de Niebuhr, poderíamos dizer que a posição de Qutb é uma combinação do sectário ponto de vista “religião contra a cultura” e da visão politicamente ativista “religião transformando a cultura” com o objetivo de conseguir uma identidade entre religião e cultura.

Como sugere a tipologia de Niebuhr, na tradição cristã — e algo semelhante se aplica a outras religiões —, há mais de uma maneira de relacionar a religião com a cultura. E até mesmo os vários tipos de Niebuhr são amplos e abstratos, o que é apropriado para os tipos ideais que ele quer apresentar. Os representantes concretos desses cinco pontos de vista em relação à cultura são menos evidentes e tendem a combinar elementos de mais de uma categoria.

Meu argumento neste livro é que não existe uma única maneira pela qual a fé cristã se relaciona e deve se relacionar com a cultura como um todo (ver capítulo 5). A relação entre fé e cultura é demasiado complexa para isso. A fé se opõe a alguns elementos da cultura e se mantém afastada de outros. Sob alguns aspectos a fé é idêntica aos elementos da cultura, e ela busca transformar de diversas maneiras outros tantos elementos. Além disso, o ponto de vista da fé em relação à cultura muda com o tempo à medida que a cultura muda. Como, então, se define essa visão da fé em relação à cultura? Ela é — ou deveria ser — definida pelo cerne da própria fé, por sua relação com Cristo como a Palavra divina encarnada e o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo.

O cerne da fé cristã sugere uma relação com a cultura mais ampla que, *grosso modo*, pode ser descrita nos seis pontos a seguir:

1. Cristo é a Palavra de Deus e o Cordeiro de Deus, que veio ao mundo para o bem de todas as pessoas, que são todas criaturas de Deus e amadas por ele. A fé cristã é, portanto, uma fé “profética” que visa corrigir o mundo. Uma fé ociosa ou redundante — uma fé que não busca corrigir o mundo — é uma fé que apresenta falhas graves (ver capítulos 1 e 2). A fé deve ser atuante em todas as esferas da vida: educação e artes, comércio e política, comunicação e entretenimento etc.
2. Cristo veio para redimir o mundo pela pregação, ajudando concretamente as pessoas e morrendo como um criminoso em favor dos ímpios. Sob todos os aspectos de sua obra, ele foi um portador de graça. Uma fé coercitiva — uma fé que visa se impor e impor seus métodos a outros por meio de qualquer forma de coerção — é também uma fé com falhas graves (ver capítulos 1 e 3).
3. Quando se trata da vida no mundo, seguir Cristo significa cuidar dos outros (bem como de si mesmo) e trabalhar visando à prosperidade deles, de modo que a vida seja boa para todos e assim todos aprendam a viver bem (ver capítulo 4). Uma visão da prosperidade humana e do bem comum é o ponto principal que a fé cristã traz para o debate público.
4. Uma vez que o mundo é criação de Deus e a Palavra veio para o que era seu apesar de os seus não a receberem (Jo 1.11), a visão adequada dos cristãos em relação à cultura mais ampla não pode ser a de oposição sem tréguas ou a da transformação total. Requer-se uma atitude muito mais complexa: a de tomar os vários elementos de uma cultura internamente diferenciada e em constante mutação, aceitá-los, transformá-los, subvertê-los ou utilizá-los de um modo melhor e aprender com eles (ver capítulo 5).
5. Jesus Cristo é descrito no Novo Testamento como “a testemunha fiel” (Ap 1.5) e seus seguidores viam a si

mesmos como testemunhas (por exemplo, At 5.32). O modo como os cristãos trabalham visando à prosperidade humana não é impondo aos outros a sua visão de prosperidade humana e bem comum, mas sendo testemunhas de Cristo, que personifica a vida boa (ver capítulo 6).

6. Cristo não veio com um projeto acabado para organizações políticas; muitos tipos de organizações políticas são compatíveis com a fé cristã, da monarquia à democracia. Mas num contexto pluralista, a ordem de Cristo “em tudo, façam aos outros o que vocês querem que eles lhes façam” (Mt 7.12) impõe que os cristãos dispensem a outras comunidades religiosas as mesmas liberdades políticas e religiosas que eles reivindicam para si mesmos. Em outras palavras, os cristãos, mesmo aqueles que em suas visões religiosas são exclusivistas, devem abraçar o pluralismo como projeto político (ver capítulo 7).¹⁴

Essa é, em grandes pinceladas, a alternativa que proponho para o totalitarismo religioso, e ela resume o conteúdo principal deste livro.

Exploro três perguntas simples nas páginas seguintes:

1. De que maneiras a fé cristã mostra suas falhas no mundo contemporâneo, e como devemos combatê-las (capítulos 1—3)?
2. Qual deve ser a principal preocupação dos seguidores de Cristo quando se trata do viver bem no mundo de hoje (capítulo 4)?
3. Como devem se comportar os seguidores de Cristo para pôr em prática sua visão do viver bem no mundo de hoje em relação a outras fés e na companhia de pessoas diferentes com quem convivem sob o teto de um mesmo estado (capítulos 5—7)?

Ao tentar responder a essas perguntas simples, meu objetivo é apresentar uma alternativa tanto para a exclusão secular da religião da esfera pública como para todas as formas de “totalitarismo religioso” — uma alternativa que não se baseia na atenuação das convicções cristãs, mas sim na robusta afirmação e na prática satisfeita dessas mesmas convicções.